



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

AUTUADO: G.CYSNE MIRANDA ARMAZENS ME
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO MACIEL DA SILVA,1248,CENTRO, ICÓ-CE
AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 201304519-4
PROCESSO: 1/1889/2013

EMENTA: ICMS – FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA-AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO PROCEDENTE. Decisão amparada no(s) dispositivo(s) legal(s): artigo 431, do Decreto nº 24.569/96– Penalidade inserta no AI:art.123, I, "c" da Lei 12. 670/96.AUTUADO REVEL.

JULGAMENTO Nº:

2420/15

RELATÓRIO:

A peça inicial acusa a contribuinte de "FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS PROVENIENTE DE AQUISICOES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS SUJEITAS A SUBSTITUICAO TRIBUTARIA, COM NOTA FISCAL NÃO SELADA NO COMETA/SITRAM.CONSTATAMOS APOS AUDITORIA QUE O AUTUADO DEIXOU DE RECOLHER O ICMS DEVIDO POR SUBSTITUICAO TRIBUTARIA NAS AQUISICOES INTERESTADUAIS CONFORME RELATORIO DE NOTAS FISCAIS ELETRONICAS E INFORMACOES COMPLEMENTARES. "

Após indicar os dispositivos legais infringidos, o Agente Fiscal aponta como penalidade o Art.123, I, "c", da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03.

Na ação fiscal, a lavratura do Auto de Infração em julgamento foi instruída pelos seguintes documentos:

- Auto de Infração nº 201304519-4 com ciência por Edital de Intimação nº 026/2013;
- Informações Complementares;
- Mandado(s) de Ação Fiscal nº: 2012.28469;
- Termo(s) de Início de Fiscalização nº: 2012.26121;
- Termo(s) de Conclusão de Fiscalização nº2013.03544;
- Cópia(s) de Aviso de Recebimento;
- Comunicação Interna;
- Relação de Notas Fiscais eletrônicas;
- Documentos Auxiliares das Notas Fiscais eletrônicas-DANFE
- Protocolo de Entrega de AI/Documentos;
- Edital(s) de Intimação nº: 26/2013;

[Handwritten signature]

A contribuinte autuada não apresentou impugnação e, em consequência é declarada revel às fls 318 dos autos.

Este é o relatório em síntese.

FUNDAMENTAÇÃO:

No presente processo administrativo-tributário, a empresa contribuinte é acusada de falta de recolhimento do ICMS substituição tributária, no montante total de R\$550.834,03(quinientos e cinquenta mil e oitocentos e trinta e quatro reais e três centavos) referente às notas fiscais eletrônicas relacionadas em planilha acostada aos autos às fls. 11 a 21.

Preliminarmente, constato a regularidade formal da Ação Fiscal: realizada por autoridade competente e não impedida – Auditor Fiscal devidamente munido de Mandado de Ação Fiscal designatório com motivo e período determinados e que coadunam com a acusação constante no Auto de Infração; Constam Termos de Início e de Conclusão de Fiscalização com as devidas ciências e respeitado o prazo para realização da Ação Fiscal; ciência da lavratura do Auto de Infração regularmente feita por Edital de Intimação e respeitado o prazo para recolhimento do crédito tributário ou apresentação de impugnação.

Portanto, passo à análise do mérito.

No mérito, a matéria em questão encontra-se claramente disciplinada no artigo 431, do RICMS, *in verbis*:

"Art. 431. A responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS, na condição de contribuinte substituto, poderá ser atribuída, em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações sejam antecedentes, concomitantes ou subseqüentes, inclusive ao valor decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual, nas operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final localizado neste Estado, que seja contribuinte do ICMS."

No caso em tela, o agente fiscal relata em informações complementares a existência de notas fiscais de entradas interestaduais de mercadorias sem recolhimento do ICMS conforme Sistema COMETA e anexa aos autos Planilha com a relação desses documentos fiscais.

No caso em análise, observo que a autoridade fiscal demonstra nos autos devidamente a falta de recolhimento de ICMS-substituição devido em operações interestaduais de mercadorias cometidas pela empresa autuada.

Acrescentando ainda que a empresa apesar de devidamente cientificada para apresentar defesa, não apresentou contestação à autuação e, portanto, não traz aos autos qualquer elemento que refute a acusação feita pela autoridade fiscal, permanecendo revel.

Ante todo o exposto, restou caracterizado o cometimento da infração tributária de FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS DEVIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA pela empresa contribuinte G.CYSNE MIRANDA ARMAZÉNS ME, cuja sanção está legalmente prescrita no artigo 123, I, "c", da Lei 12.670/96, *in verbis*:



PROCESSO Nº 1/1889/2013

JULGAMENTO Nº:

2920/15

"Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

I - com relação ao recolhimento do ICMS:

(...)

c) falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte, inclusive o devido por substituição tributária, na forma e nos prazos regulamentares, em todos os casos não compreendidos nas alíneas "d" e "e" deste inciso: multa equivalente a uma vez o valor do imposto;"

DECISÃO:

Ex Positis, decido pela **PROCEDÊNCIA** do Auto Infração Fiscal em questão, intimando a autuada a recolher no prazo de 30(trinta) dias, a importância de **R\$ 1.101.668,06 (UM MILHÃO E CENTO E UM MIL E SEISCENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E SEIS CENTAVOS)**, podendo em igual período interpor recurso junto às Câmaras de Julgamento-CJ, na forma da lei.

DEMONSTRATIVO:

ICMS: R\$ 550.834,03

MULTA: R\$ 550.834,03

TOTAL: R\$ 1.101.668,06

Célula de Julgamento de 1ª Instância, em Fortaleza, 09 de outubro de 2015.



Caroline Brito de Lima
JULGADORA ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO